



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO CEPE Nº 121, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o disposto no Memorando Eletrônico nº 400/2017, da Pró-Reitoria de Graduação, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 20/6/2017,

RESOLVE:

Aprovar o Projeto Político Pedagógico do Núcleo de Educação da Infância, conforme anexo.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO
Presidente

**Universidade Federal de Lavras
Pró-reitoria de Graduação
Núcleo de Educação da Infância**

**Projeto Político Pedagógico do Núcleo de Educação da
Infância da Universidade Federal de Lavras**

Abril/2017

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Sumário

1. Introdução	3
2. Concepções de infâncias e criança e o contexto da Educação Infantil.....	6
2.1. A centralidade das interações e das brincadeiras na proposta educativa	9
2.2. As dimensões do cuidar e do educar no cotidiano da Educação Infantil	11
2.3. Educação Infantil na perspectiva da inclusão	133
3. A Universidade Federal de Lavras e o Núcleo de Educação da Infância	16
3.1. Sobre o regime de funcionamento	17
3.2. Sobre o espaço	17
3.3. Profissionais envolvidas/os no NEDI	18
3.4. Sobre a forma de agrupamento das crianças e a relação adulto-criança	18
4. O cotidiano de trabalho no Núcleo de Educação da Infância	19
5. Articulações entre o NEDI, a família e a comunidade	21
6. Concepção de avaliação do trabalho e das crianças	23
6.1 Avaliação Institucional.....	23
6.2 Avaliação da Aprendizagem e do desenvolvimento.....	24
Referências.....	25

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

1. Introdução

No mês de fevereiro de 2015 houve o ingresso de 4 professoras¹ EBTTs na Universidade, que foram lotadas no Departamento de Educação - DED. Pouco tempo depois, o chefe do DED Prof. Carlos Betlinski, tendo em vista o que foi deliberado na assembléia departamental de 04 de março, publicou a Portaria Nº 04, de 10 de março de 2015 a fim de constituir a Comissão Temática para a Educação Infantil para a elaboração do Projeto Pedagógico, Regimento e elaborar propostas para a organização do Centro de Educação Infantil na UFLA.

A comissão foi composta pelas seguintes servidoras: Carolina Faria Alvarenga (Presidente), Luciana Soares da Silva, Josiane Marques da Costa, Cláudia Maria Ribeiro, Adriana Pryscilla Duarte de Melo, Ana Paula Coelho Silva, Elisangela Brum Cardoso Xavier e Flávia Aparecida Mendes de Oliveira Cruz. A referida comissão se reuniu diversas vezes durante o ano para, primeiramente fazer a elaboração do Projeto Político Pedagógico que foi enviado aos professores do DED, via email, no dia 26 de novembro de 2015 para conhecimento e possíveis sugestões. Na assembléia realizada no dia 02 de dezembro o assunto foi apresentado em pauta, os membros foram ouvidos e o documento foi aprovado. Posteriormente a comissão se reuniu novamente e a medida do possível, incorporou as sugestões apresentadas.

No ano de 2017 foi criado o Núcleo de Educação da Infância e a pedido da Pró-Reitoria de Graduação, foi realizada uma revisão do Projeto Político Pedagógico pelas professoras EBTTs chegando a essa versão do documento atual.

O Núcleo de Educação da Infância (NEDI) abrange o trabalho educativo com bebês e crianças da creche e da pré-escola, que compõem a Educação Infantil, compreendida como primeira etapa da Educação Básica. Especificamente no primeiro ano de funcionamento, a oferta de vagas é destinada às crianças de dois e três anos, contemplando deste modo o Grupo II e o Grupo III² deste documento. O NEDI prioriza a garantia da igualdade de tratamento, promovendo o desenvolvimento integral da criança

¹ Ana Paula Coelho Silva, Adriana Pryscilla Duarte de Melo, Elisangela Brum Cardoso Xavier e Flávia Aparecida Mendes de Oliveira Cruz

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, de acordo o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional – LDB – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Os primeiros anos de vida da criança são muito importantes para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Nesse período, ela adquire importantes habilidades físicas, emocionais, sociais e cognitivas que serão úteis para toda a sua vida. Para que esse processo ocorra, é necessário considerar a relação entre o cuidar e o educar como ações que acontecem de forma indissociável em toda prática educativa.

Baseado na legislação vigente e visando garantir o cumprimento dos princípios éticos, políticos e estéticos, o NEDI estabelece os seguintes objetivos a serem alcançados a partir do que se elencam nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009):

- Promover o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem a movimentação ampla, a expressão da individualidade e o respeito pelos ritmos e desejos da criança.
- Favorecer a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical.
- Possibilitar às crianças experiências de narrativas, de apreciação e de interação com a linguagem oral e escrita, e o convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriar, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço-temporais.
- Ampliar a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas.
- Possibilitar situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar.

² Para ver detalhes a respeito da organização dos grupos do NEDI consultar subitem 3.4 deste Projeto.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

- Possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento das diferenças de gênero, sexual, étnico racial, entre outras.
- Incentivar a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza.
- Promover o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura.
- Promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais.
- Propiciar a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras.
- Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais.
- Assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias.
- Possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.
- Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.
- Construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, etnicorracial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Para além dos objetivos relacionados ao trabalho com as crianças, o NEDI/UFLA também poderá:

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

- Realizar parcerias com a formação inicial e continuada de estudantes dos cursos de Pedagogia (presencial e a distância) e demais cursos de graduação da UFLA.
- Colaborar para a produção e socialização de conhecimentos na área da Educação Infantil, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Possibilitar, mediante prévia análise do Colegiado do NEDI, campo de estágio, observação e pesquisa para professoras/es, estudantes de Pedagogia e demais cursos de graduação da UFLA.

Atualmente, as professoras que compõem a equipe do NEDI/UFLA atuam articulando extensão e pesquisa, a saber:

- 1) Integram o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Infâncias e Educação Infantil (NEPI) da UFLA.
- 2) Produzem conhecimentos na área de Educação Infantil por meio da pesquisa e de estudos periódicos.
- 3) Participam de eventos acadêmico-científicos da área de Educação Infantil e áreas afins.

2. Concepções de infâncias e o contexto da Educação Infantil

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009), as instituições de Educação Infantil constituem o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar e, nesse sentido, torna-se espaço privilegiado de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes de diversas naturezas. Devem também oferecer, por meio de sua prática pedagógica e da convivência entre crianças/crianças e crianças/adultos, melhores condições para que as crianças possam usufruir de seus direitos humanos, civis e sociais, possibilitando que suas manifestações culturais sejam respeitadas, tornando o ambiente educativo acolhedor e produtor de sociabilidade e subjetividades.

Nessa interação, os princípios fundamentais, éticos, políticos e estéticos, contidos no art. 6º das DCNEI devem alicerçar as práticas educativas realizadas no âmbito da

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

instituição de Educação Infantil, assegurando o cuidar como algo inseparável do educar. Dessa forma, favorece a formação da construção da identidade e da autonomia das crianças, valorizando a sensibilidade, a singularidade e as relações interpessoais.

Considerar a criança como centro do processo educativo e como sujeito de direitos e desejos é entendê-la como ser social que se desenvolve nas suas interações. Nesse sentido, este projeto fundamenta-se na perspectiva da Sociologia da Infância, campo do conhecimento que busca compreender o mundo na perspectiva da criança e a apresenta como produtora de saberes e não como receptora passiva.

Todavia, é importante ressaltar que mesmo que a Sociologia da Infância norteie as práticas educativas das educadoras e educadores que atuam com as crianças, alguns conceitos psicogenéticos e sócio-históricos de teóricos como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon são levados em consideração, visto que contribuíram significativamente para o entendimento de como os processos psicológicos são importantes no desenvolvimento e aprendizagem da criança. Logo, são considerados, no fazer pedagógico, os pressupostos teóricos desses autores que abordam como a criança aprende, como sua inteligência se estrutura, bem como a importância da cultura, do afeto e do movimento para o desenvolvimento psíquico, emocional e social, auxiliando na construção da identidade da criança.

Retomando as DCNEI, o Núcleo de Educação da Infância da UFLA considera que as crianças são produtoras de saberes e de cultura e que, no espaço institucional de Educação Infantil, devem vivenciar **interações** e **brincadeiras** que possibilitem à construção do conhecimento e contribuam na formação de sujeitos de direitos e de desejos (BRASIL, 2009).

Gerison Landsdown, uma socióloga da infância, ressalta que devemos considerar a criança como um sujeito que carece de cuidados e proteção, e quanto menor é a criança, mais visível é essa relação com o adulto (LANDSDOWN, 1994 apud SOARES, 2002). Porém, a autora nos desafia a ultrapassar um modelo de proteção nas relações entre adultos e crianças e considerar que as crianças possuem direitos e não apenas necessidades.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Essa compreensão se fortalece a partir da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, de 1989, que reconhece a criança em sua individualidade e apresenta vários direitos que podem ser organizados em três categorias:

Direitos de provisão – onde são reconhecidos os direitos sociais da criança, nomeadamente os associados à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura; Direitos de proteção – onde são identificados os direitos da criança relativamente à discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito; Direitos de participação – onde são identificados os direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu proveito (HAMMARBERG, 1990 apud SOARES, 2002, p. 4).

Um paradigma, portanto, que valoriza de forma interdependente os direitos de proteção, provisão e participação faz com que tenhamos outra concepção de criança e, com isso, repensemos a forma de organizar a proposta educativa.

Maria Malta Campos (2009), no documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, elenca uma série de direitos das crianças que precisam ser respeitados na creche, os quais estendemos também à pré-escola. As crianças, portanto, têm direito à brincadeira; à atenção individual; a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; ao contato com a natureza, à higiene e à saúde; a uma alimentação sadia; a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; ao movimento em espaços amplos; à proteção, ao afeto e à amizade; a expressar seus sentimentos; a uma especial atenção durante seu período de adaptação; a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa.

Nesse sentido, este projeto tem como fundamento teórico-político a valorização do direito à participação tanto quanto os direitos de proteção e provisão, por meio da organização dos tempos e dos espaços educativos ancorados nas brincadeiras e nas interações entre crianças e crianças e crianças e adultos, propostas pelas DCNEI.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

2.1.A centralidade das interações e das brincadeiras na proposta educativa³

Brincadeiras de criança,
Como é bom assim brincar;
Mas, só quem entrar na roda,
Vai poder aqui girar.

Pular corda, cabra-cega,
Salvar lata e tem pião;
Mãe da rua e pular cela.
Não é bom soltar balão.

Dou um salto e bato as palmas;
Meio giro e vou ao chão;
Meio giro agachadinho.
Dou um pulo e bato a mão.

Pega-pega, duro ou mole,
Morto-vivo e tem casinha.
Tem boneca e bicicleta.
Vou pular amarelinha.

Mão esquerda, mão direita;
Minhas mãos eu vou cruzar;
E uma pomba pequenina,
Vai surgir para voar.

Fecho os olhos e, em silêncio,
Uso a imaginação:
“- Sou um príncipe ou princesa.
Lobo mau, eu não sou não.”

Pé esquerdo, pé direito;
Os meus pés eu vou cruzar;
E num giro, um rodopio,
Quase tonto eu vou ficar.

Bato as palmas, bem mais forte.
Giro e meio e vou ao chão.
Num só pé agachadinho,
Vou subindo com atenção.

Vou andar no meu carrinho,
Meia volta em rolimã.
Esconder-me dos amigos,

³ O texto desse subtítulo é de autoria da professora Carolina Faria Alvarenga e foi adaptado do informativo publicado na edição número 4 do “Borbulhando Informações”, vinculado ao Projeto de Extensão “Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais nas infâncias do sul de Minas Gerais” (Proext/MEC), coordenado pela professora Cláudia Maria Ribeiro e também pela professora Carolina, ambas do DED/UFLA.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Ra-tim-bum, par-lam-pam-pam.

Dessa roda eu vou saindo,
Segurando a sua mão.
Vou jogar minha peteca,
Quem pegar, cante a canção.

(MOSES ADAM, 2008)

Nesse poema, o autor traz à tona o universo mágico da infância que nos remete ao princípio sete da Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959): “A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito”.

A partir desse documento, ao dizer que a criança se educa por meio da brincadeira, podemos reafirmar algo que já é consenso: o ser humano vai se tornando humano na convivência com outros seres humanos, por meio do aprendizado da cultura em que está inserido. Logo, a criança, o sujeito da primeira etapa da vida humana, vai construindo sua experiência no mundo, na relação com outros sujeitos e com a própria cultura.

Vygotsky (1897) destaca que essa relação da criança com o mundo e com a cultura se dá por meio da brincadeira. Nela, a criança reproduz e representa o mundo, mas também o reinterpreta, inventa e produz novos significados, saberes e práticas. Ângela Borba (2007) acrescenta que, ao brincar, a criança articula o que já é dado a ela e o novo, ao também produzir cultura. O brincar é, portanto, uma articulação entre a experiência, a memória e a imaginação, entre a realidade e a fantasia.

Sônia Kramer (2007) enfatiza o aspecto criativo da brincadeira: uma cadeira de cabeça para baixo que se torna barco, foguete, navio, trem, caminhão... Porém, ao ler o poema citado na epígrafe deste texto, questionamo-nos: é possível reconhecer nossas crianças nessas brincadeiras? Quem são as nossas crianças de hoje? Como elas brincam? Quais são as marcas que o mundo contemporâneo, marcado pelo excesso de tecnologia e de informações, pela falta de espaço nos grandes centros urbanos, pelo consumismo, pela falta de segurança, pela violência e pela pressa, deixa em nossas crianças?

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Nesse contexto, Adriana Friedmann faz um apelo às educadoras e aos educadores, na tentativa de construirmos novas possibilidades na criação de uma cultura infantil, uma vez que o cenário atual é de:

muitos brinquedos e menos brincadeiras; muita tecnologia e pouca artesanaria; muita impessoalidade e pouco respeito à individualidade; mais solidão da criança do que troca; uma cultura mais competitiva do que cooperativa; uma cultura lúdica violenta, impassível, indiferente, com medo; uma cultura em crise [...] (FRIEDMANN, 2004, p. 16).

Também chamando nossa responsabilidade social, amparada pelo princípio sete da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, Borba destaca que precisamos compartilhar brincadeiras com as crianças, “sendo cúmplices, parceiras, apoiando-as, respeitando-as e contribuindo para ampliar seu repertório” (BORBA, 2007, p. 44). Mas e esse repertório? Como dissemos, vem da cultura. Uma cultura que segrega e polariza a brincadeira, a fantasia, a imaginação e as infinitas possibilidades de brincar.

Kramer e Borba questionam “nossas creches, pré-escolas e escolas têm oferecido condições para que as crianças produzam cultura? Nossas propostas curriculares garantem o tempo e o espaço para criar?” (KRAMER, 2007, p. 15) e “é possível organizar nosso trabalho e a instituição educativa de outra forma, de modo que o espaço para a fruição, para o fazer estético e para a brincadeira seja garantido?” (BORBA, 2007, p. 35). Nesse sentido, ao construirmos este projeto, colocamo-nos o desafio de pensar: como organizar o ambiente e planejar o trabalho pedagógico para que as potencialidades das crianças sejam desenvolvidas? Como garantir tempo e espaço adequados para o livre brincar a fim de que a criança conheça a si mesma e (re) construa as representações do mundo em que vive?

2.2 As dimensões do cuidar e do educar no cotidiano da Educação Infantil

No passado, muitas instituições de Educação Infantil eram filantrópicas e possuíam caráter extremamente assistencialista, tanto do ponto de vista do atendimento, restrito aos cuidados com a higiene e a alimentação, por exemplo, quanto do ponto de vista da manutenção, já que essas instituições eram mantidas por doações e projetos ligados sempre às secretarias de assistência social.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Esse caráter assistencialista se refletia também na formação das profissionais que atuavam com as crianças que, como apenas “cuidavam” das crianças, não tinham formação pedagógica e o cuidado não tinha um olhar pedagógico. A partir da LDB9.394/96, houve um movimento de reestruturação definindo a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a atuação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A partir daí, creches e pré-escolas passaram a se constituir como estabelecimentos que educam e cuidam da criança, por meio de profissionais com habilitação específica, se contrapondo a todo um passado de caráter assistencialista das instituições. Assegurando que o cuidar, tão importante quanto o educar, sejam atividades indissociáveis do fazer pedagógico.

Nesse sentido da indissociabilidade, as práticas pedagógicas não devem fragmentar a criança em relação às experiências vivenciais e o conhecimento que constrói na interação entre ela e o adulto e entre ela e as outras crianças. As práticas envolvidas nos atos de alimentação e higiene são práticas que devem respeitar o direito da criança de

apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas. (PARECER CNE Nº 20, 2009)

O cuidar, na sua dimensão humana de lidar com questões de intimidade e afetividade, requer das professoras e dos professores atenção especial às necessidades físicas e biológicas da criança pequena, criando uma relação afetiva que proporciona o pleno desenvolvimento da criança.

Dessa forma, entendendo o cuidar como indissociável do educar, as atividades educativas favorecerão a formação de competências para a criança aprender a cuidar de si. Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

2.3 Educação Infantil na perspectiva da inclusão

O movimento da inclusão social vem, desde a década de 80, defendendo, simultaneamente, os princípios de direito à igualdade e à diferença nos contextos educacionais, visando eliminar os processos de discriminação e os estereótipos produzidos no interior da escola e todo um passado de segregação.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e deixa claro que a criança com “necessidade educacional especial” deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. A inclusão ganhou reforços com a LDB, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas. Tendo inclusive o acesso das pessoas com deficiência à educação formal garantido pela legislação penal, pois o artigo 8º da Lei no 7.853/89 prevê como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de criança com deficiência. Sendo assim, a exclusão é crime.

A lei garante às crianças com deficiência direito à escola regular, pois a educação inclusiva pode ser agente de transformação cultural em relação às deficiências, principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre estes mitos atribuídos às pessoas que possuem a deficiência. Para Marilda Bruno (2006), a construção social da deficiência, por meio dos tempos, tem sido repleta desses mitos e barreiras atitudinais que influenciam as relações sociais, as formas de interação e a formação do autoconceito das pessoas.

De acordo com Bruno, autora do documento Saberes e Práticas da Inclusão, publicado pelo Ministério da Educação, em 2006,

o sucesso de escolas integradoras depende, em grande parte, da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com deficiência. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de seis anos deverão ser desenvolvidos com vistas ao seu desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização (BRUNO, 2006, p.18).

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Nesse sentido, a inclusão de crianças com deficiência em creches e pré-escolas, que são os espaços de socialização e cultura por excelência, em conjunto com a família, poderá desempenhar importante papel no processo de desenvolvimento, aprendizagem e participação social dessas crianças. A inclusão e educação são fatores preciosos não apenas para otimização do potencial de aprendizagem das crianças, mas são capazes de romper com a visão mítica, discriminatória e carregada de preconceito acerca das possibilidades das pessoas com deficiência.

A criança com deficiência, como as demais crianças, apresenta inúmeras possibilidades, entretanto, diferentemente das demais, tem necessidades específicas de aprendizagem, para as quais precisa de apoio e recursos especiais.

Essa é a grande dúvida que, em um primeiro momento, assombra as famílias, os dirigentes e as/os professoras/es nas instituições de Educação Infantil. Será que essas crianças podem se beneficiar de um currículo comum a outras crianças? Elas não necessitam de um currículo especial, próprio para suas necessidades? A instituição e as professoras estão preparadas para receber e trabalhar com crianças que possuem deficiência?

As dúvidas são compreensíveis. Diretoras/es, professoras/es e famílias ficam apreensivas/os e preocupadas/os, quando, pela primeira vez, uma criança vai ser incluída na creche ou pré-escola. Com orientação adequada, algumas mudanças e adaptações na unidade, no currículo e na maneira de interagir e ensinar todas as crianças podem se beneficiar da convivência e aprendizagem junto com outras crianças que aprendem por caminhos diferentes.

As crianças com deficiência não são diferentes das outras crianças, têm as mesmas necessidades afetivas, físicas, intelectuais, sociais e culturais e também as necessidades básicas das demais crianças: atenção, cuidado, relação e interação positiva, afeto e segurança. Gostam de brincar, passear, conhecer pessoas, conviver. E se tiverem a oportunidade de conviver desde cedo em ambientes organizados que favoreçam a construção do vínculo, trocas afetivas e sociais e um ambiente de aprendizagem significativa, que atenda às suas necessidades, se desenvolvem plenamente.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Em decorrência da deficiência física ou sensorial, apresentam necessidades específicas, caminhos e formas peculiares de apreender e assimilar o real. Necessitam de mais tempo para vivenciar e organizar suas experiências, aprender e construir conhecimentos. A criança com deficiência deve ser tratada com naturalidade, com a mesma cordialidade e atenção dispensada às outras crianças. Ela não precisa de piedade, mas de oportunidade para desenvolver suas possibilidades e talentos. Pode necessitar de mais tempo para agir e interagir com o meio e as pessoas. Deve-se evitar a superproteção, pois a criança precisa de liberdade e espaço para agir, explorar o ambiente e desenvolver a espontaneidade e autonomia. A criança com deficiência necessita de limites claros e regras de comportamento como qualquer outra criança.

Rita de Biaggio (2007) ressalta que historicamente, o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em escolas especiais, fato que trouxe consequências negativas e segregacionistas, pois se imaginava que elas eram incapazes de conviver com crianças sem deficiência. “Hoje, com a política de inclusão, a educação infantil é a porta de ingresso ao sistema educacional para boa parte das crianças, devendo o atendimento educacional especializado ser ofertado na própria creche ou pré-escola em que a criança está matriculada”, afirma Cláudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Especial do MEC, em entrevista para a Revista Criança.

Nesse sentido, a inclusão no NEDI se configura nas diferentes dimensões ideológica, sociocultural, política e econômica apresentadas por Bruno (2006), tendo como fundamento os seguintes princípios:

- O princípio da identidade: a construção da pessoa humana em todos seus aspectos: afetivo, intelectual, moral e ético.
- A sensibilidade estética diz respeito à valorização da diversidade para conviver com as diferenças, com o imprevisível, com os conflitos pessoais e sociais, estimulando a criatividade para a resolução dos problemas e a pluralidade cultural.
- Toda criança pode aprender, tornar-se membro efetivo e ativo da classe regular e fazer parte da vida comunitária.
- A construção de laços de solidariedade, atitudes cooperativas e trabalho coletivo proporcionam maior aprendizagem para todas e todos.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

- A inclusão significa transformação da prática pedagógica: relações interpessoais positivas, interação e sintonia professor/a-criança, família-professor/a, professor/a-comunidade escolar e compromisso com o desempenho acadêmico.
- Rede de apoio e ajuda mútua entre escolas, famílias e serviços especializados da comunidade para a elaboração do projeto pedagógico.

3. A Universidade Federal de Lavras e o Núcleo de Educação da Infância

O município de Lavras, localizado ao sul do estado de Minas Gerais, possui cerca de 92.200 habitantes, segundo o Censo IBGE/2010 e uma área de 564,744 km², em um bioma de Mata Atlântica. Destaca-se na cidade a Universidade Federal de Lavras/UFLA, fundada em 1908 com o nome de Escola Agrícola de Lavras e posteriormente, Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL em 1938.

A federalização ocorreu em 1964 pela Lei nº 4307 e em 1994 foi transformada em Universidade Federal de Lavras – UFLA pela Lei nº 8956. Comprometida historicamente com a realização de um trabalho de qualidade, tem colhido os frutos desses esforços ao ter o seu nome destacado nos rankings nacionais e internacionais como sendo uma das melhores instituições de educação do mundo. Nessa perspectiva, diante da expansão universitária, a produção de um trabalho de excelência tem sido a sua marca institucional.

Neste ano de 2017 são trinta cursos de graduação na modalidade presencial, cinco cursos na modalidade a distância, trinta e quatro cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de mestrado e vinte e três cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de doutorado. A Universidade conta com uma ampla estrutura, formada por vinte e três departamentos didático-científicos, diversos laboratórios setoriais, uma Biblioteca Universitária e uma Diretoria de Educação a Distância.

Dito isso, a UFLA, calcada na inovação pedagógica, está em uma posição de vanguarda ao propor a criação de um Núcleo de Educação da Infância (NEDI), localizado no campus histórico da universidade, como uma Unidade Acadêmica subordinada à Pró-reitoria de Graduação, instituída pela Resolução nº 008 de 16 de março de 2017 do Conselho Universitário. Atendendo à Resolução CNE/CEB nº 1, de 10 de março de 2011, oferece igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as crianças na

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

faixa etária que se propõe a atender, o que permite que crianças residentes em diversos bairros do município possam ser contempladas.

O Núcleo destina-se ao atendimento de crianças de seis meses a cinco anos e o ingresso ocorre anualmente por meio de edital com ampla divulgação que regulamenta o processo de preenchimento das vagas, que se dá por meio de sorteio público, realizado conforme o edital considerando a distribuição de vagas por seguimento.

Não se pode deixar de evidenciar que a Universidade, por sua organização e destaque local, nacional e internacional, inspira confiança e respeito aos cidadãos que poderão contar com esse serviço ofertado pela instituição para a comunidade de Lavras e região.

3.1 Sobre o regime de funcionamento

De acordo com a Resolução CUNI 008, de 16 de março de 2017 no artigo 17, o NEDI/UFLA atenderá as crianças nos turnos matutinos e vespertinos com horários estabelecidos pelo Colegiado do NEDI e aprovados pela PRG. Inicialmente atende as crianças em regime parcial, nos seguintes horários: Turno Vespertino: 13h 00 min às 17h 00min

O período de quatro horas em cada turno é organizado de forma a propiciar as mais diversificadas atividades nos espaços que compõem a unidade que, de acordo com as DCNEI, se caracteriza como um espaço institucional não doméstico que educa e cuida de “crianças de zero a cinco anos de idade, sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009, p.12).

3.2 Sobre o espaço

Seguindo os parâmetros definidos pela Resolução CNE/CEB, nº 1, de 10 de março 2011, o espaço físico previsto para abrigar o NEDI adequa-se à finalidade de cuidar e educar crianças pequenas, atende às normas e especificações técnicas da legislação

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

pertinente e apresenta condições adequadas de acesso, acessibilidade, segurança, salubridade, saneamento e higiene.

Quanto aos espaços internos, atende às diferentes funções da unidade educacional e contém uma estrutura básica que contempla a faixa etária atendida e as crianças com deficiências.

O NEDI/UFLA está situado no espaço físico da universidade, no campus histórico, e prima por oferecer às crianças um ambiente seguro e amplo de acordo com os parâmetros de infraestrutura para instituições de Educação Infantil.

3.3 Profissionais envolvidas/os no NEDI

De acordo com a Resolução CUNI Nº 008 de 16 de março de 2017, Art. 5º a estrutura organizacional do Núcleo de Educação da Infância é composta por: Coordenação Geral, Assessoria Pedagógica, Secretaria, Colegiado da Educação Infantil, corpo docente e equipe de estagiários e auxiliares em serviços educacionais. A unidade conta também com uma instância deliberativa por meio de um Colegiado que será composto, de acordo com o art. 9º da referida resolução, pelo coordenador geral, pelo assessor pedagógico, pelo secretário, por três representantes dos docentes lotados no NEDI, por um representante da PRG (indicado pelo pró-reitor de graduação), por dois representantes dos pais ou responsáveis pelos alunos e um representante da comunidade lavrense sem vínculo empregatício com a UFLA.

O núcleo conta também com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Infâncias e Educação Infantil – NEPI – que possui como participantes: professoras que atuam no NEDI, e estudantes de graduação e pós-graduação.

Como parte dos estudos prévios para elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e dada a importância indissociável do educar e do cuidar, sugere-se que, no segmento creche a/o profissional auxiliar seja também professora/professor devidamente habilitada/o.

3.4. Sobre as formas de agrupamento das crianças e a relação adulto-criança

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Conforme a Resolução Nº 06, de 20 de outubro de 2010 (CNE/CEB 6/2010), as crianças, no NEDI, estão agrupadas de acordo com as seguintes faixas etárias:

I. Berçário: Contempla as crianças que completarem 6 meses até o dia 31 de março do ano vigente;

II. Grupo 1: Contempla as crianças que completam 1 ano até 31 de março do ano vigente;

III. Grupo 2: Contempla as crianças que completam 2 anos até 31 de março do ano vigente;

IV. Grupo 3: Contempla as crianças que completam 3 anos até 31 de março do ano vigente;

V. Grupo 4: Contempla as crianças que completam 4 anos até 31 de março do ano vigente;

VI. Grupo 5: Contempla as crianças que completam 5 anos até 31 de março do ano vigente.

O número de turmas poderá variar, dependendo da demanda e da possibilidade de oferecimento nos dois turnos (matutino e vespertino), em função de aspectos como a disponibilidade e lotação das professoras.

Essa forma de agrupamento das crianças não implica que as atividades devam se restringir ao espaço da sala do seu grupo. Considerar os processos de desenvolvimento infantil possibilita diversas formas de socialização entre crianças de mesma idade e de idades diferenciadas.

4. O cotidiano de trabalho no Núcleo de Educação da Infância

O desafio, a construção do currículo de uma instituição de Educação Infantil, passa pela garantia de que os pressupostos teórico-políticos sobre a concepção de infâncias e de educação sejam materializados no cotidiano de trabalho com as crianças. Ter como concepção que a criança é um sujeito de desejos e direitos e também produtora de cultura faz com que o currículo seja concebido de forma diferente daquela que predominou historicamente, ou seja, práticas pedagógicas que entendem a Educação Infantil como uma etapa preparatória para o Ensino Fundamental.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

No contexto atual de discussão sobre a Base Nacional Curricular, ainda em construção, que se ancora na noção de campos de experiência, ampliamos o entendimento do conceito a partir de uma obra recém publicada sobre as contribuições italianas para pensarmos um currículo de Educação Infantil brasileiro.

A proposta dos campos de experiência educativa possibilita uma programação pedagógica construída a partir de uma pedagogia das relações, possibilita a constituição de um espaço de escuta, de respeito às suas especificidades, de valorização da cultura construída pela criança nas suas diferenças, ouvindo-a, compreendendo-a, no intuito de garantir-lhe o direito de ser criança (FINCO, 2015, p. 243)

Essa concepção, portanto, nos incita a pensar em novas formas de organização dos tempos, dos espaços e dos materiais a serem oferecidos às crianças. Significa também repensarmos nossos saberes como profissionais que lidamos com a primeira infância.

O professor [a professora], com seu olhar de quem está com a criança, mas também com os saberes e conhecimentos, realiza a complexa tarefa educacional de possibilitar encontros, de favorecer interações lúdicas, constituir tempos e espaços para experiência das crianças, sem nenhuma garantia de que possa acontecer (BARBOSA; RICHTER, 2015, p. 195).

Interrogar o currículo é urgente. E, com isso, os inesperados e os imprevistos (LARROSA, 1999) são reconhecidamente as formas das crianças ter garantido seu direito de participação, vivenciando as experiências as mais diversas, as quais devem ser reconhecidas como parte do currículo. Em diálogo com Lóris Malaguzzi, pedagogo italiano, Daniela Finco destaca aspectos do cotidiano que precisam ser privilegiados na construção de um currículo para a pequena infância:

Atenção especial à criança; Projetos e não conteúdos programáticos; Interdisciplinaridade e não o saber fragmentado; Processo e não somente o produto final; Observação e documentação dos processos individuais e dos grupos; Confronto e discussão com estratégias de formação docente (MALAGUZZI, 1999 apud FINCO, 2015, p. 239)

Nesse contexto, é preciso considerar as especificidades das creches e das pré-escolas. A proposta italiana foi construída para crianças de três a seis anos, a partir de

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

cinco campos de experiência: *o eu e o outro; o corpo e o movimento; imagens, sons e cores; os discursos e as palavras; e o conhecimento do mundo*. A noção de experiência dialoga com Dewey ao dizer que a experiência consiste na “acentuação da vitalidade” e significa “troca ativa e alerta com o mundo” (DEWEY, 2010a, p. 83 apud FOCHI, 2015, p. 221). Portanto, nessa concepção, o fazer e o agir das crianças estão no centro do projeto educativo. Elas estão envolvidas com a “manipulação e exploração dos objetos, em admirar e se perguntar sobre os fenômenos do seu entorno, em transformar, olhar, tocar, narrar sobre aquilo que emerge de suas experiências” (FOCHI, 2015, p. 223).

Logo, ao construirmos um currículo para bebês e crianças de zero a três anos, precisamos entender que as experiências dos pequenos e das pequenas, nessas idades, precisam de “maior ênfase na percepção e na sensorialidade antecedendo ao movimento ou o gesto e a expressão do corpo antecedendo a da palavra” (BORGHI; GUERRA, 1999 apud BARBOSA; RICHTER, 2015, p. 190).

No entanto, temos clareza de que o currículo se faz no acontecer. Por isso, baseamo-nos nessa experiência italiana para nos fortalecermos em nossos saberes e conhecimentos para quando iniciarmos efetivamente o trabalho com as crianças.

5. Articulações entre o NEDI, a família e a comunidade

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela, ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições (BRASIL, 2009b).

Ainda de acordo com o Parecer, outros pontos fundamentais do trabalho com as famílias são propiciados pela participação dessas na gestão da proposta pedagógica e pelo acompanhamento partilhado do desenvolvimento da criança. A participação das famílias junto às professoras e demais profissionais da educação no Colegiado, no acompanhamento de projetos didáticos e nas atividades promovidas pela instituição possibilita agregar experiências e saberes e articular os dois contextos de desenvolvimento da criança.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Partindo do pressuposto que essa integração com a família deve ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e na pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o NEDI realiza anualmente no início do ano letivo, um encontro coletivo com as famílias, com o objetivo de expor, de forma geral, a proposta pedagógica, o funcionamento da instituição (horários, normas, rotina), avaliação e outros assuntos de interesse coletivo. Além disso, outros encontros são realizados ao longo do ano, em que cada professora e as famílias responsáveis pelas crianças de sua turma discutem questões pertinentes ao contexto de cada turma, amparada pela temática do projeto institucional. Sempre que necessário, são agendados momentos individuais com as famílias são agendados para que façam uma avaliação conjunta sobre a criança.

Palestras, oficinas e reuniões são realizadas com as famílias de cada turma para tratar de informações acerca do trabalho educativo, esclarecimento de dúvidas e questionamentos. Nesse processo, pais/mães ou responsáveis devem ser ouvidos como corresponsáveis pela educação das crianças.

De acordo com a resolução CUNI Nº 008, de 16 de março de 2017 o colegiado da Educação Infantil conta com a participação de dois representantes de pais ou responsáveis pelos alunos e um representante da comunidade lavrense sem vínculo empregatício com a UFLA. Essa parceria auxilia na gestão escolar colaborando com as ações que visam deliberar sobre questões relacionadas ao funcionamento da escola. De acordo com os § 1º e § 2º, os representantes dos docentes e dos pais ou responsáveis são eleitos pelos seus pares para mandato de dois anos e o representante da comunidade lavrense será escolhido pelos membros do colegiado, entre indicações de clubes de serviço, associações ou outras entidades representativas da sociedade civil.

Com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo principal é desenvolver atividades que busquem, prioritariamente, a produção de conhecimento na área da Educação Infantil, incluindo aquelas realizadas junto à comunidade na qual se insere, o NEDI conta com uma comissão ou colegiado para autorizar, avaliar e acompanhar as propostas de pesquisa, ensino e extensão realizadas em suas dependências.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

6. Concepção de avaliação do trabalho e das crianças

6.1. Avaliação Institucional

Avaliação, para o NEDI/UFLA, significa um processo que desencadeia a renovação e reorganização institucional. A avaliação institucional tem caráter social e político no fazer educativo, visto que uma instituição que tem como foco manter a qualidade institucional é aquela capaz de implementar e atualizar seu próprio Projeto Político Pedagógico, avaliando todas as dimensões do ambiente escolar (GADOTTI, 2008). Nesse sentido, a avaliação institucional tem como objetivo avaliar a qualidade e o desenvolvimento institucional da Educação Infantil, em um processo coletivo, observando sete dimensões:

1 – planejamento institucional; 2 - multiplicidade de experiências e linguagens; 3 – interações; 4 – promoção da saúde; 5 – espaços, materiais e mobiliários; 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social” (BRASIL, 2009d).

Amparada nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009d), a proposta de Avaliação Institucional do NEDI é dinâmica, abrangente e contínua, na busca da qualidade dos processos de educar e cuidar da Educação Infantil. Dessa forma, pressupõe-se que a Avaliação Institucional envolve todos os atores e as atrizes do processo educativo e observa também o fazer pedagógico e a estrutura física oferecida para o funcionamento da Educação Infantil. O NEDI busca, com o envolvimento de todas e todos, cumprir suas ações, analisando suas necessidades, dificuldades e objetivos e está sempre aberto a mudanças, aperfeiçoando sua prática, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento, tanto do projeto político pedagógico quanto das questões institucionais. Assim, a Avaliação Institucional é realizada por meio de um instrumento próprio de avaliação, no qual todos os envolvidos no processo educativo podem apresentar suas impressões sobre a qualidade da educação oferecida às crianças do NEDI, anualmente.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

6.2. Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento

A concepção de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento do NEDI fundamenta-se no art. 31 da LDB (BRASIL, 1996), na Seção II, Da Educação Infantil: “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Nesse sentido, a avaliação tem como objetivos acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar o desenvolvimento da criança, sem finalidade seletiva e/ou classificatória.

A partir do princípio de que a criança é um ser social em desenvolvimento, na avaliação, são levadas em consideração suas histórias de vida, seus ambientes sociais e culturais e co-construtoras de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social. A avaliação é pautada sempre na criança em relação a si mesma e não comparativamente com as outras crianças, de modo a respeitar as individualidades e sua interação com o grupo.

Os procedimentos avaliativos são realizados por meio da observação e do registro das professoras, tais como: escrita, gravação de fala, diálogos, fotografias, vídeos, trabalhos manuais etc., a fim de identificar os potenciais, interesses e necessidades das crianças que guiarão o planejamento pedagógico. Importante ressaltar que as crianças devem ser envolvidas na avaliação das atividades, bem como nos registros.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Referências

BARBOSA, Maria Carmem; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Campos de experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmem; FARIA, Ana Lúcia Goulart (orgs.) **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

BIAGGIO, Rita de.A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. In: **Revista Criança**.Matéria da capa. Ministério da Educação. Novembro, 2007.

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs). **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 33-45.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Educação infantil**: subsídios para construção de uma proposta de avaliação, Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: 2009a.

_____. IBGE. **Dados gerais do município**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília: 2009b.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 01 de 10 de março de 2011**. Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. Brasília: 2011

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

_____. Conselho Nacional de Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – Educação Básica**. Brasília, DF, 2009c.

_____. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009d.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas**. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

DECLARAÇÃO dos direitos da criança. 1959. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

FRIEDMANN, Adriana. O papel do brincar na cultura contemporânea. **Pátio Educação Infantil**. Ano 1, n. 3, dez/2003-mar/2004, p. 14-16.

FINCO, Daniela. Campos de experiência educativa e programação pedagógica na escola da infância. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmem; FARIA, Ana Lúcia Goulart (orgs.) **Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

FOCHI, Paulo Sergio. Ludicidade, continuidade e significatividade nos campos de experiência. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmem; FARIA, Ana Lúcia Goulart (orgs.) **Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs.) **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 13-23.

LARROSA, Jorge. O enigma da Infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: _____. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 183 – 198.

SOARES, Natália Fernandes. **Os direitos das crianças nas encruzilhadas da protecção e da participação**. In: ENCONTRONACIONAL SOBRE MAUS TRATOS, NEGLIGÊNCIA E RISCO, NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA, 1, 14-16 nov. 2002, Maia. Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/dircriencpropar.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

VYGOTSKY, Lev. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Universidade Federal de Lavras

Pró-reitoria de Graduação

Núcleo de Educação da Infância

Bibliografia de consulta

FALK, Judith (org.). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. 2ª ed. Araraquara: Junqueira&Marin, 2011.

SÁ, Elizabeth; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Miriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC, 2007.